

emitimos nesta data as respectivas certificações legais de contas, ambas sem reservas.

3 — De entre outros, foram realizados os seguintes procedimentos:

Relativamente às contas individuais:

a) Acompanhamento da gestão do Banco, através da leitura das actas da direcção e de reuniões havidas com os seus representantes, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários;

b) Apreciação das políticas contabilísticas do Banco quanto à sua adequação e consistência;

c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras individuais que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício então findo, bem como o anexo contendo as notas explicativas a estas demonstrações financeiras, com as normas contabilísticas aplicáveis em Portugal, nomeadamente os princípios contabilísticos do Plano de Contas para o Sistema Bancário e Normas do Banco de Portugal;

d) Verificação da conformidade das contas com os registos contabilísticos de suporte;

e) Apreciação do sistema de controlo interno existente no Banco, tendo sido efectuados os testes de conformidade que considerámos apropriados;

f) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido, entre outros, efectuados os testes substantivos seguintes, considerados adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Banco;
Solicitação de confirmações directas e por escrito junto de Bancos dos saldos respectivos;

Revisão das participações financeiras detidas pelo Banco;

Análise dos movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas e incorpóreas, bem como as respectivas amortizações;

Análise da situação fiscal do Banco e revisão do cálculo do montante estimado com impostos sobre lucros;

Análise dos passivos, provisões e contas de regularização do balanço;

Análise das várias componentes dos custos e proveitos, perdas e ganhos, registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;

Análise das operações e saldos com empresas do Grupo em que o Banco se insere;

Apreciação da informação divulgada nas notas anexas às contas.

Relativamente às contas consolidadas:

O trabalho efectuado compreendeu, entre outros procedimentos, a conferência dos critérios de consolidação contabilística, relativamente à sua adequação, a verificação da correcção dos mapas de consolidação, relativamente aos valores das sociedades subsidiárias detidas pelo Banco, a verificação da correcção do balanço consolidado, da demonstração de resultados consolidados e a apreciação da informação divulgada no anexo às demonstrações financeiras referente aos valores consolidados incluindo a referente às alterações nos capitais próprios consolidados e, finalmente a análise da demonstração consolidada de fluxos de caixa.

4 — Apreciamos ainda a conformidade do relatório de gestão da direcção com as contas examinadas, tanto individuais como consolidadas, e verificámos que satisfaz os requisitos legais.

5 — Solicitámos a declaração do órgão de gestão prevista nas directrizes técnicas de revisão de contas.

6 — Nesta oportunidade agradecemos toda a colaboração obtida no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 30 de Junho de 2006. — KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Jean-éric Gaign*, revisor oficial de contas. 3000215613

PDA — PARQUE DESPORTIVO DE AVEIRO, E. M.

Sede social: Estádio Municipal Mário Duarte, Taboeira, Esgueira, Aveiro.
Capital social: 500 000 euros.

Pessoa colectiva n.º 505132478.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o n.º 2/010716.

Relatório e contas de 2005

Relatório do conselho de administração

Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, e designadamente, à disposição do artigo 11.º, n.º 1, alínea r), dos estatutos, vimos submeter à vossa apreciação o relatório do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados relativos ao exercício de 2005.

A empresa municipal de capitais maioritariamente públicos PDA — Parque Desportivo de Aveiro, E. M. — tem um capital subscrito e totalmente realizado de 500 000 euros e a sua sede social sita no novo Estádio Municipal de Aveiro Mário Duarte, na localidade de Taboeira, freguesia de Esgueira, Aveiro, encontrando-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o n.º 2/010716.

I — Evolução da gestão

1 — Da actividade

A actividade da sociedade Parque Desportivo de Aveiro, E. M., durante o ano de 2005 foi essencialmente marcada pela concretização da abertura do capital a um parceiro estratégico privado.

Esta decisão tomada pela Câmara Municipal de Aveiro e ratificada pela assembleia municipal de Aveiro determinou que a sociedade passasse a ser uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos, tendo até ao momento como únicos accionistas a Câmara Municipal de Aveiro (51%) e o Grupo Visabeira — SGPS, S. A. (49%), tendo a respectiva escritura sido outorgada em 28 de Junho de 2005.

Tal facto determinou ainda o aumento do capital social da empresa em 250 601 euros (de 249 399 euros para 500 000 euros), bem como um prémio de emissão no montante de 1 306 000 euros.

Em consequência, houve uma alteração substancial na estrutura de capitais próprios da sociedade, que de uma situação negativa de 170 031 euros passou para uma situação positiva de 1 287 144 euros.

Desta forma, foi possível liquidar o empréstimo bancário oportunamente contraído para o desenvolvimento da actividade da empresa, e que no final do ano transacto ascendia a 652 656 euros.

Os valores disponíveis à data do balanço, no montante de 592 560 euros vão permitir fazer face aos custos de funcionamento da empresa em 2006 e, também, financiar parte do investimento previsto realizar.

Se nesta vertente poderemos dizer que o ano de 2005 foi um ano marcante para o futuro da sociedade, tendo em conta o modelo de desenvolvimento escolhido, com base numa parceria publico-privada, já os restantes vectores da actividade não acompanharam a importância deste passo dado.

Assim, numa primeira fase (até à entrada do parceiro privado), e por falta de recursos financeiros, os investimentos feitos ficaram aquém do que se desejaria. A segunda fase (após aquele momento) teve um desenvolvimento irregular, por força de duas sucessivas alterações nos órgãos de gestão da sociedade, a primeira decorrente da própria entrada do accionista privado, a segunda como consequência das eleições autárquicas, que nos termos do enquadramento legal em vigor, determinou nova mudança.

De qualquer forma, devemos assinalar o arranque da execução da obra do Arruamento 4 (obra da responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro), que como já se referia no relatório de 2004 é uma peça fundamental no acesso ao pólo do golfe, criando assim condições para acelerar a implementação desta parte do projecto, equipamento âncora que vai potenciar todo o desenvolvimento do parque.

Continuou o processo de tramitação do Plano de Pormenor, tendo-se obtido já a maioria dos pareceres positivos das entidades envolvidas na sua apreciação. No entanto, continuam por resolver algumas das exigências impostas em sede da Declaração de Impacto Ambiental, vector determinante para a tramitação do Plano na sua globalidade.

Nota ainda para as dificuldades encontradas no processo de aquisição de terrenos, atendendo à estrutura da propriedade na zona de intervenção do Parque Desportivo de Aveiro, e ao peso que nela também têm alguns grandes investidores.

Por isso mesmo, a parcela de terrenos propriedade da sociedade e do seu accionista maioritário, Câmara Municipal de Aveiro, actualmente atinge cerca de 30% da área de exploração, perspectivando-se, que em 2006 e decorrente dos investimentos a efectuar, alcance cerca de 60%.

2 — Investimentos

No exercício foram efectuados os seguintes investimentos:

Aquisição de terrenos no montante de 239 872 euros;
Equipamento informático no valor de 935 euros.

Foram ainda suportadas despesas relacionadas com o processo de abertura do capital social e consequente alteração dos estatutos no montante de 4531 euros.

3 — Custos e proveitos

Em 2005, a actividade exercida pela sociedade saldou-se numa diminuição do prejuízo registado face ao exercício anterior, o que se explica essencialmente pela diminuição dos custos com o pessoal (22 983 euros) e dos custos financeiros (13 331 euros), neste caso já que foi possível, após o accionista privado ter realizado a sua entrada, liquidar o empréstimo bancário anteriormente contraído.

4 — Resultados

No exercício de 2005, o resultado obtido foi negativo em 99 425,64 euros, conforme pode confirmar-se nas peças contabilísticas que em anexo apresentamos, e que se encontram à vossa disposição para consulta na sede social.

II — Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não houve qualquer facto ocorrido após o termo do exercício económico que mereça destaque.

III — Evolução previsível da sociedade

Conforme quantitativamente se procura expressar nos instrumentos de gestão previsionais para o triénio de 2006-2008, a prioridade estabelecida para o desenvolvimento do projecto passa pelo pólo 7, o do golfe, incluindo também a vertente turística e imobiliária que engloba.

Esta prioridade decorre da avaliação feita que considera este equipamento como âncora e estruturante de todo o desenvolvimento do Parque Desportivo de Aveiro.

Para que esta prioridade possa ser concretizada, e para além naturalmente da aquisição dos terrenos necessários para o efeito, será dada uma especial atenção ao desvio das infra-estruturas existentes, quer da Transgás, quer da EDP, bem como à elaboração da RECAP, no âmbito das recomendações impostas em sede da Declaração de Impacto Ambiental.

Todos estes são também vectores indispensáveis para o processo de tramitação do Plano de Pormenor.

Por último, mas não menos importante, deve-se proceder com a brevidade possível ao desenho do modelo financeiro para fazer face aos investimentos previstos.

De qualquer forma, são bastante elevadas as expectativas quanto ao desenvolvimento do projecto, pela qualidade intrínseca do mesmo, pelas potencialidades da Região onde se vai desenvolver e, muito principalmente, pelas virtualidades que pensamos ter este modelo de parceria publico-privada.

IV — Operações com acções próprias

Durante o exercício não houve aquisição de acções próprias.

V — Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não houve autorização concedida a qualquer administrador para negociar directamente com a sociedade nem lhe foram concedidos empréstimos ou créditos, efectuados pagamentos por conta deles, prestadas garantias nem facultados adiantamentos de remunerações.

VI — Outras informações de carácter legal

Dando cumprimento ao estatuído no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informamos os accionistas de que não existem quaisquer débitos em mora à segurança social e, nem de resto, a qualquer outra instituição estatal.

VII — Proposta de distribuição de resultados

O conselho de administração da sociedade propõe que o resultado verificado no exercício seja transferido para a conta de resultados transitados.

VIII — Agradecimentos

Não obstante o conselho de administração responsável por este relatório ter sido apenas nomeado em 22 de Novembro de 2005, o que poderá originar alguma omissão nos agradecimentos devidos, gostaríamos em primeiro lugar, e por ser de toda a justiça, agradecer a permanente colaboração e disponibilidade dos accionistas Câmara Municipal de Aveiro e Grupo Visabeira, bem como a confiança demonstrada no futuro da sociedade.

Ao fiscal único, Prof. Domingos Cravo, à sociedade de revisores oficiais de contas, a sociedade Cravo, Fortes, Antão & Associado, ao gabinete de contabilidade, Santos & Gonçalves, L.da, o nosso agradecimento pela competência e disponibilidade sempre demonstradas.

Uma palavra também de agradecimento ao BPI, também pela confiança sempre expressa.

A todos os colaboradores da sociedade pelo empenho e dedicação demonstrados, bem como a todos os colaboradores da Câmara Municipal de Aveiro e do Grupo Visabeira que têm dado apoio em inúmeras vertentes da vida da nossa empresa, sempre com uma atenção que nos cumpre realçar.

Uma palavra especial de apreço e reconhecimento aos administradores e colaboradores da EMA, E. M., empresa com a qual temos partilhado espaço, equipamentos e boas vontades.

Enfim, o nosso agradecimento a todos aqueles que têm contribuído para o desenvolvimento do projecto do Parque Desportivo de Aveiro.

Aveiro, 15 de Março de 2006. — O Conselho de Administração:
(Assinaturas ilegíveis.)

Balanço em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		2005			2004
CEE (a)	POC	Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
C		Imobilizado:			
I		Imobilizações incorpóreas:			
1	431	Despesas de instalação	4 530,51	1 510,17	3 020,34
1	432	Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	—
2	433	Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—
3	434	Trespases	—	—	—
4	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—
5	449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	—	—	—
		4 530,51	1 510,17	3 020,34	—
II		Imobilizações corpóreas:			
1	421	Terrenos e recursos naturais	—	—	—
1	422	Edifícios e outras construções	—	—	—
2	423	Equipamento básico	—	—	—
2	424	Equipamento de transporte	—	—	—
3	425	Ferramentas e utensílios	—	—	—

(Em euros)

Código das contas			2005			2004
CEE (a)	POC		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
3	426	Equipamento administrativo	8 098,98	6 159,11	1 939,87	2 198,58
3	427	Taras e vasilhame	—	—	—	—
3	429	Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—
4	441/6	Imobilizações em curso	1 557 108,27	—	1 557 108,27	944 663,02
4	448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27 478,70	—	27 478,70	400 051,98
			<u>1 592 685,95</u>	<u>6 159,11</u>	<u>1 586 526,84</u>	<u>1 346 913,58</u>
III		Investimentos financeiros:				
1	4111	Partes de capital em empresas do grupo	—	—	—	—
2	4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—
3	4112	Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—
4	4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—
5	4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	—	—	—	—
6	4123+4133	Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
6	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
6	447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	—	—	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
		<i>Total do activo imobilizado</i>	<u>1 597 216,46</u>	<u>7 669,28</u>	<u>1 589 547,18</u>	<u>1 346 913,58</u>
D		Circulante:				
I		Existências:				
1	36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	—	—	—	—
2	35	Produtos e trabalhos em curso	—	—	—	—
3	34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	—	—	—	—
3	33	Produtos acabados e intermédios	—	—	—	—
3	32	Mercadorias	—	—	—	—
4	37	Adiantamentos por conta de compras	—	—	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
II		Dívidas de terceiros — a médio e a longo prazos:				
		Clientes — títulos a receber	—	—	—	—
		Cientes — cheques pré-datados	—	—	—	—
		Clientes — cheques devolvidos	—	—	—	—
		Clientes de cobrança duvidosa	—	—	—	—
		Empresas do grupo	—	—	—	—
		Outras empresas participantes e participadas	—	—	—	—
		(Restantes) accionistas (sócios)	—	—	—	—
		Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	—	—	—	—
		Estado e outros entes públicos	—	—	—	—
		Outros devedores	—	—	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
II		Dívidas de terceiros — a curto prazo:				
1	211	Clientes, c/c	—	—	—	2 069,48
1	212	Clientes — títulos a receber	—	—	—	—
1	214	Clientes — cheques pré-datados	—	—	—	—
1	217	Clientes — cheques devolvidos	—	—	—	—
1	218	Clientes de cobrança duvidosa	—	—	—	—
2	252	Empresas do grupo	—	—	—	—
3	253+254	Outras empresas participantes e participadas	—	—	—	—
4	251+255	(Restantes) accionistas (sócios)	—	—	—	—
4	229	Adiantamentos a fornecedores	—	—	—	—
4	2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	8 643,21	—	8 643,21	63 643,21
4	24	Estado e outros entes públicos	14 785,21	—	14 785,21	10 126,65
4	262/6/7/8+221	Outros devedores	573,12	—	573,12	695,06
5	264	Subscritores de capital	—	—	—	—
			<u>24 001,54</u>	<u>—</u>	<u>24 001,54</u>	<u>76 534,40</u>

(Em euros)

Código das contas		2005			2004
CEE (a)	POC	Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
III		Títulos negociáveis:			
1	1511	Acções em empresas do grupo	—	—	—
3	1521	Obrigações e títulos de participação em empresas do grupo	—	—	—
3	1512	Acções em empresas associadas	—	—	—
3	1522	Obrigações e títulos de participação em empresas associadas	—	—	—
3	1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	—	—	—
3	18	Outras aplicações de tesouraria	—	—	—
		—	—	—	—
IV		Depósitos bancários e caixa:			
	12+13+14	Depósitos bancários	592 425,17	592 425,17	—
	11	Caixa	135,03	135,03	21,20
		592 560,20	593 560,20	21,20	
		<i>Total do activo circulante</i>	<i>616 561,74</i>	<i>616 561,74</i>	<i>76 555,60</i>
E		Acréscimos e diferimentos:			
	271	Acréscimo de proveitos	—	—	—
	272	Custos diferidos	—	—	—
	2761	Activos por impostos diferidos	—	—	—
		—	—	—	—
		<i>Total de amortizações</i>	<i>7 669,28</i>		
		<i>Total de ajustamentos</i>	<i>—</i>		
		<i>Total do activo</i>	<i>2 213 778,20</i>	<i>2 206 108,92</i>	<i>1 423 469,18</i>

(a) Em conformidade com o artigo 9.º da 4.ª Directiva da CEE.

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas		2005		2004
CEE (a)	POC			
A		Capital próprio:		
I	51	Capital	500 000,00	249 398,95
	521	Acções (quotas) próprias — valor nominal	—	—
	522	Acções (quotas) próprias — descontos e prémios	—	—
	53	Prestações suplementares	—	—
II	54	Prémios de emissão de acções (quotas)	1 306 000,00	—
III	55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	—	—
	56	Reservas de reavaliação	—	—
IV		Reservas:		
	1/2	Reservas legais	—	—
	3	Reservas estatutárias	—	—
	4	Reservas contratuais	—	—
	4	574 a 579 Outras reservas	—	—
V	59	Resultados transitados	— 419 430,38	— 292 002,56
		<i>Subtotal</i>	<i>1 386 569,62</i>	<i>— 42 603,61</i>
VI	88	Resultado líquido do exercício	— 99 425,64	— 127 427,82
	89	Dividendos antecipados	—	—
		<i>Total do capital próprio</i>	<i>1 287 143,98</i>	<i>— 170 031,43</i>
		Passivo:		
B		Provisões:		
	1	Provisões para pensões	—	—
	2	Provisões para impostos	—	—
	3	Outras provisões	—	—
		—	—	—

(Em euros)

Código das contas			2005	2004
CEE (a)	POC			
C		Dívidas a terceiros — a médio e a longo prazos:		
		Empréstimos por obrigações:		
		Convertíveis	—	—
		Não convertíveis	—	—
		Empréstimos por títulos de participação	—	—
		Dívidas a instituições de crédito	—	—
		Fornecedores — títulos a pagar	—	—
		Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar	—	—
		Empresas do grupo	—	—
		Outras empresas participantes e participadas	—	—
		(Restantes) accionistas (sócios)	—	—
		Outros empréstimos obtidos	—	—
		Fornecedores de imobilizado, c/c	—	—
		Estado e outros entes públicos	—	—
		Outros credores	—	—
			—	—
C		Dívidas a terceiros — a curto prazo:		
1		Empréstimos por obrigações:		
	2321	Convertíveis	—	—
	2322	Não convertíveis	—	—
1	233	Empréstimos por títulos de participação	—	—
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito	—	652 655,88
3	269	Adiantamentos por conta de vendas	—	—
4	221	Fornecedores, c/c	2 836,23	4 030,11
4	228	Fornecedores — facturas em recepção e conferência	—	—
5	222	Fornecedores — títulos a pagar	—	—
5	2612	Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar	—	—
6	252	Empresas do grupo	—	—
7	253+254	Outras empresas participantes e participadas	—	—
8	251+255	(Restantes) accionistas (sócios)	—	—
8	219	Adiantamentos de clientes	—	—
8	239	Outros empréstimos obtidos	—	—
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	43 421,77	57 193,44
8	24	Estado e outros entes públicos	4 680,57	5 783,08
8	262+263+264+ 265+267+268+211	Outros credores	9 875,45	9 871,15
			60 814,02	729 533,66
D		Acréscimos e diferimentos:		
	273	Acréscimo de custos	8 150,92	13 966,95
	274	Proveitos diferidos	850 000,00	850 000,00
	2762	Passivos por impostos diferidos	—	—
			858 150,92	863 966,95
		Total do passivo	918 964,94	1 593 500,61
		Total do capital próprio + passivo	2 206 108,92	1 423 469,18

(a) Em conformidade com o artigo 9.º da 4.ª Directiva da CEE.

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.)

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2005**CUSTOS E PERDAS**

(Em euros)

Código das contas			2005	2004
CEE (1)	POC			
2.a)	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
		Mercadorias	—	—
		Matérias	—	—

(Em euros)

Código das contas				
CEE (¹)	POC		2005	2004
2.b) 3	62	Fornecimentos e serviços externos	18 753,10	16 201,18
		Custos com pessoal:		
3.a) 3.b)	641+642	Remunerações	55 652,08	75 056,87
		Encargos sociais:		
	643+644 645/8	Pensões	—	—
		Outros	15 073,93	18 652,44
4.a)	66	Amortizações e ajustamentos do exercício	—	—
	662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	2 703,98	1 884,64
	66+667	Ajustamentos	—	—
4.b)	67	Provisões	—	1 884,64
5	63	Impostos	41,19	15,00
5	65	Outros custos e perdas operacionais	—	—
		(A)	92 224,28	111 810,13
6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas	—	—
6	683+684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investi- mentos financeiros	—	—
7	(²)	Juros e custos similares:		
		Relativos a empresas do Grupo	—	—
		Outros	16 668,38	29 999,74
		(C)	108 892,66	141 809,87
10	69	Custos e perdas extraordinários	1 385,03	3 230,24
		(E)	110 277,69	145 040,11
8+11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício	—	—
		(G)	110 277,69	145 040,11
13	88	Resultado líquido do exercício	— 99 425,64	— 127 427,82
			10 852,05	17 612,29

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas				
CEE (¹)	POC		2005	2004
1	71	Vendas:		
		Mercadorias	—	—
		Produtos	—	—
1	72	Prestações de serviços	7 335,06	14 634,36
2	(³)	Variação da produção	—	—
3	75	Trabalhos para a própria empresa	—	—
4	73	Proveitos suplementares	—	—
4	74	Subsídios à exploração	—	—
4	76	Outros proveitos e ganhos operacionais	—	—
	77	Reversões de amortizações a ajustamentos	—	—
		(B)	7 335,06	14 634,36
5	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	—	—
5	784	Rendimentos de participações de capital	—	—
6	(⁴)	Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:		
		Relativos a empresas do Grupo	—	—
		Outros	—	—
7	(⁵)	Juros e proveitos similares:		
		Relativos a empresas do Grupo	—	—
		Outros	—	66,11
		(D)	7 335,06	14 700,47
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários	3 516,99	2 911,82
		(F)	10 852,05	17 612,29

(Em euros)

Código das contas		2005	2004
CEE ⁽¹⁾	POC		
Resumo:			
Resultados operacionais: $(B) - (A) =$		— 84 889,22	— 97 175,77
Resultados financeiros: $(D - B) - (C - A) =$		— 16 668,38	— 29 933,63
Resultados correntes: $(D) - (C) =$		— 101 557,60	— 127 109,40
Resultados antes de impostos: $(F) - (E) =$		— 99 425,64	— 127 427,82
Resultado líquido do exercício: $(F) - (G) =$		— 99 425,64	— 127 427,82

⁽¹⁾ Em conformidade com o artigo 9.º da 4.ª Directiva da CEE.⁽²⁾ 681+685+686+687+688.⁽³⁾ Diferença algébrica entre as existências iniciais e finais de produtos acabados e intermédios (C/33), subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos (C/34) e, produtos em trabalhos em curso (C/35), tomando ainda em consideração o movimento registado em regularização de existências (C/38).⁽⁴⁾ 7812+7815+7816+783.⁽⁵⁾ 7811+7813+7814+7816+785+786+787+788.

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.)

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que VV. Ex.^{as} nos conferiram, cumpre-nos apresentar à vossa apreciação o relatório da nossa acção fiscalizadora exercida durante o exercício de 2005 e o parecer sobre o relatório do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa e respectivos anexos, relativos àquele exercício, que nos foram apresentados pelo conselho de administração da PDA — Parque Desportivo de Aveiro, E. M.

2 — Acompanhámos o desenvolvimento da actividade social através, nomeadamente, da informação e dos esclarecimentos recebidos do conselho de administração e dos serviços da empresa, os quais, sempre que solicitados, nos deram todo o apoio conveniente ao desempenho das nossas funções.

3 — No âmbito destas:

a) Verificámos os registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;

b) Verificámos a existência e relevação contabilística dos activos e passivos pertencentes ou assumidos pela empresa, em particular quanto à adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados, que se encontram suficientemente expressos no anexo às contas;

c) Não foi elaborado o relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º dos estatutos;

d) Não tomámos conhecimento de quaisquer outras violações da lei ou do contrato de sociedade, nem de qualquer acto não conforme com as boas práticas de gestão;

e) Constatámos que o relatório do conselho de administração satisfaz os requisitos exigidos pela lei.

4 — Na sequência do desenvolvimento dos procedimentos considerados adequados nas circunstâncias, elaborámos, na qualidade de sociedade de revisores oficiais de contas, a certificação legal das contas e o relatório anual sobre a actividade que desenvolvemos, os quais, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, foram entregues à administração da sociedade, e que para todos os efeitos fazem parte integrante deste mesmo relatório e onde nos termos do n.º 3 do artigo 33.º dos estatutos emitimos opinião acerca da exactidão das contas.

5 — Ponderado o que antecede e a observância legal e estatutária emitimos o seguinte parecer:

Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os demais documentos apresentados pela nossa sociedade de revisores oficiais de contas, somos de parecer que a assembleia geral anual da sociedade:

a) Aprove o relatório do conselho de administração e as contas do exercício de 2005 apresentados pelo conselho de administração;

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Aveiro, 17 de Março de 2006. — O Fiscal Único, Cravo, Fortes, Antão & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Domingos José da Silva Cravo*, revisor oficial de contas.
1000300730

NORDESTE ACTIVO — EMPRESA MUNICIPAL DE ACTIVIDADES DESPORTIVAS, RECREATIVAS E TURÍSTICAS, E. M.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão

Nos termos da lei e do pacto social o conselho de administração da Nordeste Activo — Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas, E. M., apresenta à assembleia geral da sociedade o relatório de gestão referente ao exercício de 2005.

Actividade empresarial

A actividade da empresa em 2005 foi praticamente inexistente, resumindo-se à constituição da sociedade e pouco mais.

Recursos humanos

No que se refere à evolução dos efectivos, em 2005 a empresa não fez qualquer admissão de pessoal.

Comercial

Nada a referir.

Comunicação e imagem

Nada a referir.

Investimento

No decurso do exercício de 2005 a empresa investiu 24 500 euros, em acções de 1 euro cada na empresa Gedernor — Construção de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S. A.

Análise económica e financeira

Financiamento

Em 2005, a empresa mostrou-se auto-suficiente para suprir as suas necessidades de tesouraria.

Demonstração dos resultados

O exercício de 2005 foi influenciado pelo facto de, como já foi referido, não ter havido proveitos.